



Febrero 2014

## GLOBALIZAÇÃO, DESIGUALDADE E MEIO AMBIENTE: PERSPECTIVAS E ABORDAGENS PARA O SÉCULO XXI<sup>1</sup>

**Adriano Chaves De França**

Docente no curso de Geografia da FINAV-UNIESP; Geógrafo, Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* de Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados; Membro do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente, PROCAD – PPGG/UFGD - PPGG/UFRJ; adryanoch@hotmail.com

**Francisco Queiroz**

Tutor em Geografia no EAD/UFGD; Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados; Geografia pelo Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* de Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados; Bolsista CAPES; Membro da RECIME (Rede de Pesquisa de Estudos das Cidades Médias), ticofqueiroz@hotmail.com

### RESUMO

A globalização pode ser encarada como a nova ordem mundial vivenciada pelos governos nacionais, sendo direcionada por base nos preceitos capitalistas, via de regra não é um fato meramente ilusório, na medida em que o desenvolvimento científico – tecnológico vem se expandindo, permite a lógica global-capitalista aumentar sua capacidade de reprodução, sustentando a ideologia de que crescimento econômico é desenvolvimento. Os problemas sócio<sup>2</sup>-ambientais não reconhecem fronteiras geopolíticas, neste mesmo se faz necessário reformular este raciocínio para então observar que o “capital” não reconhece apenas as fronteiras geopolíticas, no entanto vai muito além, não reconhecendo o direito a vida, a moradia, a justiça, a igualdade dos direitos comuns; sendo que prevalece sobre todas as tentativas de

---

<sup>1</sup>Este trabalho partiu de uma série de discussões apresentadas no decorrer da realização de alguns seminários no Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* de Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados - PPGG/UFGD – Dourados-MS.

<sup>2</sup>Grifo nosso. Entende-se que não há problemas apenas ambientais que não sejam sociais, mas que se refletem no ambiente devido ao descompasso social existente.

democracia, manipulando os Estados nacionais, junto a uma alienação conhecida por Globalização.

**Palavras-chave:** capital; sociedade; desenvolvimento; política e ambiente.

### **Resumen:**

La globalización puede ser vista como el nuevo orden mundial experimentado por los gobiernos nacionales, siendo dirigidos por la base de preceptos capitalistas; como regla general no es un hecho meramente ilusorio, puesto que el desarrollo científico y tecnológico ha ido ampliándose, capitalización global permite aumentar la capacidad reproductiva, apoyando la ideología que el crecimiento económico es desarrollo. Los problemas socio-ambientales no reconocen fronteras geopolíticas, es muy necesario reformular este razonamiento para así notar que "el capital" no reconoce fronteras geopolíticas solamente, sin embargo va mucho más allá, no reconociendo el derecho a la vida, vivienda, justicia, igualdad, derecho común; que tiene prioridad sobre todos los intentos de la democracia, manejo de los Estados nacionales, mediante una disposición conocida como la globalización.

Palabras clave: capital; sociedad; desarrollo; la política y el medio ambiente.

*Agora que estamos descobrindo o sentido de nossa presença no planeta, pode-se dizer que uma história universal verdadeiramente humana está, finalmente, começando. A mesma materialidade, atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição de construção de um mundo mais humano. Basta que se completem as duas grandes mutações ora em gestação: a mutação tecnológica e a mutação filosófica da espécie humana”*

Milton Santos; Por uma outra Globalização. 2000.

## **INTRODUÇÃO**

Uma das primeiras referências para ao que se conhece hoje pelo termo “globalização”, apareceu no ano de 1962 por um autor chamado McLuhan que criou a expressão “Aldeia global” para se referir a influencia dos meios de comunicação de massa sobre o comportamento das pessoas destacando que com o desenvolvimento da televisão seria possível as pessoas se comunicarem umas com as outras independente da distância.

Com isso o McLuhan estava prevendo assim um novo tempo em que a troca instantânea de mensagens entre as pessoas alteraria completamente o modo de vida das mesmas. Desde então o termo global começou a ser

incorporado ao vocabulário do dia-a-dia, surgindo assim um conceito complexo. A terminologia “globalização” remete a idéia de um processo que promove a integração de todo planeta em um único ambiente ou contexto, ou seja, existência de panoramas hegemônicos.

Para o escritor Oliveira, os adventos da globalização com a chegada do computador e de novas tecnologias colocou o homem na chamada era da informação. No entanto com a globalização houve um grande aumento de desigualdade social e econômica.

De acordo com o autor, o “fluxo” é um traço fundamental da globalização, onde as informações, os negócios, as drogas, o dinheiro entram e saem com facilidade por meio das fronteiras nacionais tornando os governos incapazes de proteger completamente sua economia e seus cidadãos numa época de globalização. Portanto a globalização é um movimento em que informações, dinheiro e produtos circulam de um lugar para o outro do planeta em todo o tempo.

Neste contexto, a globalização e o neoliberalismo da economia nas empresas procuram reduzir custos, transferindo suas unidades de produção para varias regiões do mundo onde tem disponibilidade de mão-de-obra barata, impostos baixos, facilidade de transporte e onde as exigências de proteção ao meio ambiente são menores. Em decorrência desse processo ocorre à exploração dos trabalhadores e as desvalorizações das matérias-primas dos países de menor influência econômica e em consequência os países de maior influência econômica concentram níveis altíssimos de riquezas e os pobres, se tornam menos influentes ainda, devido à exploração perversa do capital.

O processo de globalização é influenciado ainda pela matriz neoliberal que é um produto da expressão “consenso de Washington” que foi criada com um propósito de discutir reformas necessárias à retomada de desenvolvimento dos países periféricos latino-americanos.

Este mesmo processo de globalização gerou vários críticos devido aos efeitos econômicos produzidos pela mesma sobre os países. Esses críticos são conhecidos como antiglobalistas, que são ativistas sociais e políticos que se opõem à globalização, promovendo a ação global dos povos contra o capitalismo. Os mesmos críticos tentam sugerir algo oposto ou melhor que esse processo, sugerindo assim o termo “mundialização” para referir a um tipo de “globalização do bem” resgatando somente o que é bom e descartando o que é negativo. Outro termo é a “alterglobalização” que procura designar outro tipo de globalização que não seja dominante.

Os antiglobalistas criticam fortemente a globalização pelo fato dela aumentar a pobreza, produzir desemprego, substituir o poder dos estados pelo poder das grandes corporações, destruírem o meio ambiente, destruir culturas locais e por fim aumentar as discriminação e a pressão contra os imigrantes.

Como se percebe, a lógica da globalização parece ser inclusiva, por de várias formas manipular os indivíduos a participar da ceia oferecida, entretanto,

aqui há algumas ressalvas, a chamada ceia que nos é oferecida é apropriada de forma desigual e cruel. As possibilidades de participação não ocorrem de maneira democrática, mas sim de maneira consumista, no sentido de ingerirmos a ideologia de que somente o trabalho dignifica o homem e apenas assim ficaremos ricos.

## **DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAL**

Após tecer algumas considerações a respeito da globalização, pode-se discutir o ponto de vista da perversidade da globalização. Se formos direto ao ponto sobre a desigualdade, afirmaria que está é resultado em partes da globalização, como já foi tratado acima; que apenas poucos indivíduos são capazes de se incluir de forma satisfatória neste modelo de globalização.

A globalização requer condições econômicas que sejam favoráveis ao consumo, acesso à informação, as tendências tecnológicas e ao acompanhamento científico, ou seja, a apropriação do meio científico-técnico-informacional, terminologia bem difundida por Milton Santos para explicar a organização dos fluxos e fixos no espaço geográfico.

Assim, a desigualdade pode ser considerada como uma disparidade que se revela na relação homem-trabalho, ou ainda, pela formas de apropriação do espaço, bem como, nas diferenças existentes nas composições das classes sociais.

O Brasil hoje pode ser considerado o seio da desigualdade, onde as diferenças entre as classes, a relação campo-cidade, o nível de escolaridade, acesso a informação; são extremamente distintos, caminham em sentidos contrario; em uma escala altíssima (SINGER, 1999).

A aquisição de renda e prestígio social não pode ser comparada ou sinônimo de produção do trabalho, todavia, neste sistema em que vivemos os que mais produzem, materialmente falando, são os que menos ganham, ou que nunca acumulam e ganham quantia necessária somente para sobrevivência, privados de conforto lazer etc; mantendo-se somente como consumidores residuais. No Brasil, a discriminação é mais sutil possível, tem como alvo as pessoas de pele escura, pobres e socialmente marginalizados. Assim a falta de escolaridade é um fator fortemente associado à exclusão social.

Atualmente no Brasil, a exclusão social é analisada com mais cautela, levando-se em consideração as posições geográficas de cada indivíduo, referenciando os diferentes custos de vida em cada região. Neste contexto, segundo Paul Singer surgiu à linha de indigência (IN): onde a renda mínima mensal é somente para suprir as necessidades individuais e exclusivamente alimentares, bem como; a linha de pobreza (PO): onde a renda mínima mensal dá condição para satisfazer todas as necessidades básicas de um indivíduo.

No entanto, as pesquisas vêm comprovando, quanto mais desenvolvida a região mais intenso é o índice de (PO) e (IN). Outras formas de desigualdade e exclusão social são por cor, gênero e região, comprovadas pelas grandes disparidades neste país, sobre todas as regiões e especialmente entre o SE e NE, principalmente pela taxa de analfabetismo, índice de escolaridade e renda, intrinsecamente relacionado com questões de cor e gênero e região.

Singer ressalta que, uma das principais razões para que crianças entre 10 e 14 anos não frequentam a escola regularmente é a necessidade de trabalhar para complementar o quadro de renda familiar. Fato este, que vem disseminando em crianças pertencentes a grupos familiares de baixa renda. Desta forma, a exclusão econômica dos pais remete a exclusão social dos filhos concomitantemente (SINGER, 1999).

Conseqüentemente, os que crescem sem escolaridade provavelmente serão excluídos não só do mercado formal de trabalho, como também de todas as manifestações da vida cultural que pressuponham a alfabetização. Como a maioria deles provavelmente são não-brancos, essa dupla desigualdade e exclusão reforçam os preconceitos raciais vigentes. Não pode-se, deixar de considerar que o acesso a escolaridade, implica em grandes diferenças e por conseqüência dificuldade de inclusão social e remuneração adequada para manutenção de suas necessidades básicas de morar e se alimentar dignamente.

Paul Singer classifica a exclusão social sob duas óticas: a dos *individualistas*, que vêem todas as instituições que se propõem a proteger o trabalhador contra os riscos de vida e riscos econômicos como impedimento para ampliação das atividades econômicas e do emprego como fator agravante da exclusão social (SINGER, 1999).

Os *estruturalistas*, por outro lado, distinguem o mercado como um jogo econômico que produz vitoriosos e perdedores (ou seja, estimula a competição e a qualificação excessiva) estes últimos concorrentes certos a se tornarem *párias* sociais (indivíduos sem casta, *sem classe* ou de uma classe desprivilegiada, desprovida e/ou excluídas socialmente). Assim, segundo os estruturalistas as instituições de bem-estar social são imprescindíveis a proteção dos perdedores e para proporcionar-lhes ocasiões, a fim de regressarem ao jogo do mercado com alguma chance (as chamadas atuais políticas de inclusão social).

Assim, os estruturalistas querem engajar o governo sistematicamente na distribuição da renda, em espécie ou em natura, de tal sorte que ninguém corra o risco de não ver atendidas suas necessidades básicas. Já os individualistas vêem esses esforços como o melhor caminho para se criar um crescente exército de pobres profissionais. Eles acham que tudo deve ser feito para incentivar o pobre a ajudar a si mesmo para sair da pobreza, trabalhando duro, mantendo-se sóbrio e cultivando hábitos de autodisciplina, economia e assim por diante (SINGER, 1999).

## **CONTRIBUIÇÕES ACERCA DA GLOBALIZAÇÃO, DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAL**

O processo de Globalização reforçou problemáticas sociais como a desigualdade e a exclusão social, assim Martins, parte de um pressuposto de crítico da distorção na forma ideológica que nos é colocado o termo exclusão na sociedade contemporânea, como que se a exclusão fosse somente consequência da má distribuição de renda, onde na verdade a exclusão social é sinônimo da não integração de interesses políticos entre classes sociais.

Desta forma as reivindicações por interesses e não direitos, mas sim privilégios de classes separadas, em detrimento de outra classe, impossibilitando a luta por direitos comum a todos segmentos de classe ou categoria. Pregado assim a bandeira do individualismo ou o não coletivo. No entanto, finaliza a idéia, mencionando as políticas públicas de benefício social ou “Assistencialismo” onde o mesmo é sempre bem vindo e justo no cenário alarmante de desemprego, pobreza e miséria que a população pobre do país se encontra. Esta sem força e estrutura de base (no maior sentido físico da palavra) para lutar pelos direitos de cidadania, onde a necessidade de elementos básicos a sua sobrevivência é emergente.

A partir destas determinantes Martins esclarece que:

É difícil reconhecer que haja desenvolvimento quando seus benefícios se acumulam longe da massa das população. Como é difícil reconhecer a legitimidade de um modelo de desenvolvimento que exclui legiões de seres humanos das oportunidades de participação não só nos frutos da riqueza, mas até mesmo na produção da riqueza. Esse desenvolvimento anômalo não se manifesta apenas nas privações que produz e dissemina. Manifesta-se, também, nas estratégias de sobrevivência por meio das quais os pobres teimam em fazer parte daquilo que não os quer senão como vítimas e beneficiários residuais de suas possibilidades (MARTINS, 2003, p.10-11).

Nesta perspectiva, aponta-se uma crítica ao posicionamento de muitos trabalhadores que não se enxergam pertencentes da classe operaria ou de baixa renda, esses iludidos pelo próprio sistema, almejam sempre o ápice da riqueza ou do consumo, onde as possibilidades de alcançar esses privilégios são reafirmadas pelos discursos ideológicos da classe dominante, portanto “trabalhando se consegue tudo o que deseja”, onde na essência o sistema de produção capitalista nos quer no máximo como massa de produção e força de trabalho ou exercito industrial de reserva para a construção das riquezas de acumulação e o fortalecimento da burguesia dominante.

Assim, mudanças só são possíveis, através da consciência de pensamento crítico no posicionamento majoritário de políticas públicas voltadas para o atendimento da classe de baixa renda. Numa tentativa de expor as realidades, ocultas e camufladas pelo sistema, sendo que os privilegiados não estão preocupados com mudanças e propagam o conformismo

assegurando as contradições e desigualdades, através das manipulações, controle e alienação da população junto ao Estado de forma ideológica.

A política social compensatória, sem dúvida não é o melhor caminho, por apenas aliviar os problemas a curto prazo de urgências, ocasionando um futuro problema de distribuição econômica, tal política apenas comprovam e corroboram a exclusão por meio de benefícios que não constituem legítima apropriação social dos resultados da economia, podendo ser considerada como uma medida paliativa.

O termo exclusão social deve ser pensado, na medida em que não existe distinção de raças classes e culturas para se aplicar a exclusão, onde esta se encontra ramificada entre sociedades de uma mesma classe e mesmo seguimentos sociais, ou seja, “todos são iguais, mas alguns são mais iguais”. Diferentes de um passado próximo onde as pessoas já nasciam incluídas nos chamados “Berço de ouro”, os excluídos desta época eram aqueles aos quais, pela condição social em que nasceram eram reconhecidos e sem direito ao respeito, à dignidade, ao decoro, ao tratamento digno próprio das pessoas de condição. Hoje essa exclusão se dá entre nobres e pobres, brancos e brancos, cavaleiros e peões, negros e negros.

Em uma melhor definição, Martins ressalva que:

Aliás, entre nós, uma consciência racionária da pobreza fala dos pobres como “desprivilegiado”, o que proclama uma forma antidemocrática de inclusão, por meio de privilégios e não de direitos sociais e políticos. Uma consciência que, no fundo, não nega nem questiona criticamente os fundamentos estamentais da desigualdade social e da exclusão (MARTINS, 2003, p.16).

Para o autor Martins em sua obra *“O problema das migrações e da exclusão social no limiar do terceiro milênio”*, não existe exclusão propriamente dita, e sim um equívoco de utilização do termo, inventado pelo próprio sistema de produção capitalista, onde todos são excluídos de alguma particularidade, no entanto o capitalismo trata de uma forma generalizada a “pobreza” como fato de exclusão social, e seu interesse em comum é de enfim incluir de certa forma toda a população no processo de produção capitalista, cada qual em sua função, exemplo, “proletariado e burguesia”.

O próprio sistema que subjuga a classe de baixa renda como excluídos, necessita em primeira instância dessa classe, na produção da riqueza através da venda da força de trabalho, ou no próprio consumo das mercadorias produzidas. Agente produtor e consumidor concomitantemente.

Sendo que, Martins ainda adverte:

A exclusão é o sintoma grave de uma transformação social que vem rapidamente fazendo de todos os seres humanos seres descartáveis, reduzidos à condição de coisa, forma extrema de vivência da alienação e da coisificação da pessoa, que Marx já

apontava em seus estudos sobre capitalismo (MARTINS, 2003, p.20).

As pessoas neste contexto são utilizadas pelo capital, não mais como sujeitos e sim como objetos “matéria-prima”, onde é levada em consideração primordial a força de trabalho e a capacidade de produção, sendo os chamados “excluídos” subjugados devidos essas importâncias materiais, que as transformam em “mercadorias” e “materialização do homem” a serviço do capital.

Assim, para Martins;

É inconsciente reduzir a exclusão a pobreza material, isso pobreza de interpretação, a pobreza nem sempre é exclusão e a pobreza de fato de fato excludente é apenas o pólo visível de um processo cruel de nulificação das pessoas, descartadas porque já não conseguem submeter-se à continua ressocialização que delas faz apenas um objeto de um objeto ou objetivo (MARTINS, 2003, p.20).

O homem, neste contexto de exclusão presencia a sua mutilação, advinda do capitalismo, transformando sua força de trabalho ou sua própria capacidade de produção em mera mercadoria, que é remunerada através de salários devido a demanda do mercado consumidor.

As definições sobre exclusão para Martins é de que:

Excluídos é apenas um rótulo abstrato, que não corresponde a nenhum “sujeito de destino”: não há possibilidade histórica e nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a essa rotulação. “Excluído” e “exclusão” são construções, projeções de um modo de ver próprio de quem se sente e se julga participantes dos benefícios da sociedade em que vive e que, por isso, julga que os diferentes não estão tendo acesso aos meios e recursos a que ele tem acesso (MARTINS, 2003, p. 31).

A forma de protesto adquirida pelos “excluídos”, nas ultimas décadas, se assim podemos dizer, é um tanto quanto conservadora, e o cerne não está vinculado á pretensão política de mudanças e transformação do sistema em si, e sim, na vontade explícita de integração ou inclusão á esse sistema, ou seja, a primordial reivindicação dos direitos de igualdades é a de acesso ao consumo e aos bens de serviços privados.

## ***CAPITALISMO, (DES)EMPREGO E ECONOMIA SOLIDÁRIA***

Em pleno século XXI, avaliarmos como negativo os avanços técnicos e científicos até hoje conquistados, seria desvalorizar a capacidade humana, no entanto, afirmar que estes avanços são preponderantemente benéficos as parcelas que dele se apropriam, é sem sombra de vida uma verdade que muitos se negam a reconhecer.



A mecanização de forma geral dos meios de produção, gerou o que se conhece por “crise do desemprego”, ou seja, o emprego de novas tecnologias possibilitou aumento na produção e vem a cada dia mais e mais desprezando os trabalhadores e os substituindo sua força de trabalho, criando um exercito de reserva que se encontra em condições adversas até de não terem capacidades mínimas de executar atividades das mais rústicas possíveis.

Entretanto, a qualificação profissional de forma geral, se mostra como uma possibilidade do capital para o desemprego, porém, tal solução não demonstra em prática o real resultado que apresenta suas teorizações, não há muitas alternativas, o mesmo processo de globalização que se diz integrar, por outro lado desintegra e exclui milhares de pessoas dos postos de trabalho; a tendência da globalização é de criar territórios dominados por grandes empresas que sufocam qualquer médio ou pequeno empreendimento.

Outra possibilidade de solução para o desemprego é conhecida como solução não capitalista, que se propõe a oferecer aos excluídos do mercado de trabalho uma oportunidade para inserção, segundo suas iniciativas particulares (SINGER,1999). Desta forma, os excedentes de trabalhadores poderiam fundar cooperativas, associações e redes, que não sejam massacradas pelas grandes empresas, e com direito a treinamentos para exercerem suas atividades de forma competente e eficaz, contando ainda com apoio do governo e sociedade.

As organizações de economia solidária são exemplos claro para ser aplicada tanto como uma alternativa capitalista ou não capitalista. Assim, é dar alternativas produtivas que se estruturam em núcleos familiares e de comunidade de inserção a todos os indivíduos. A economia solidária vem sendo alavancada como uma nova forma de manifesto organizado que se contrapõe a lógica do capital, onde a reunião de intuítos comuns constrói relações de trabalho, cultura, igualdade e valor aos produtos e produtores.

## **GLOBALIZAÇÃO E AMBIENTE**

Após a segunda guerra mundial, um período de expansão da economia mundial teve início. No ideário oficial, a chave dos problemas havia sido encontrada, era o crescimento econômico, com o qual, todos os problemas de miséria no mundo seriam resolvidos. O aumento da taxa de PNB<sup>3</sup> (Produto Nacional Bruto) por habitante seria a resposta às problemáticas enfrentadas, cabendo portanto, aos países adquirir o que compreendia-se enquanto maturidade industrial, adequando-se ao modelo de sociedade de consumo defendida pelos países industrializados.

É verdade também, que a fome era (como ainda continua sendo) realidade cotidiana para uma parte enorme da

---

<sup>3</sup> Produto Nacional Bruto (PNB) refere-se a soma de todas as riquezas produzidas por uma nação durante determinado período, seja em território nacional ou não. Assim, empresas brasileiras que tenham fábricas no exterior também se somam a este indicador. Em geral, países desenvolvidos possuem PNB maior do que o PIB, mostrando assim que a soma da produção nacional é mais forte do que a soma da riqueza produzida em território nacional, que inclui as empresas estrangeiras localizadas ali. ADVFN, 2013.

população do planeta, e o terceiro mundo não apresentava nenhum crescimento econômico, ou então um crescimento demasiado débil e lento. Mas isso ocorria porque os países do terceiro mundo não se desenvolviam. O problema consistia então em desenvolvê-los ou fazê-los se desenvolver (CASTORIADIS 1987:136).

Dentro desse modelo de desenvolvimento ilimitado, que foi adotado pela economia capitalista, acreditar no desenvolvimento apenas enquanto crescimento econômico, não demorou em que comesçassem a surgir os primeiros descontentamentos. Um de seus expoentes foi o movimento hippie, que questionava principalmente os impactos acarretados pelo modelo industrial adotado, mas não se criticava o sistema.

No interior do modelo capitalista, encontrou-se uma resposta para a problemática: “burocratizar os impactos ambientais”. Neste contexto, criam-se ministérios de meio ambiente, leis ambientais, tutelam-se ONGs, cooptam-se ambientalistas para estas instituições, além de abrir uma nova perspectiva para os economistas visualizarem nos impactos ambientais uma nova possibilidade de reprodução do capital. Essas alternativas que se formam tem entretanto o caráter puramente amenizador, em que se criam dentro do capitalismo, sendo que mesmo reações mais radicais não questionavam perspectivas oficiais.

O modelo de produção industrial intensifica-se após o que alguns autores denominam como segunda revolução industrial (ou fordismo). Este modelo, dentre diversas características de ordem social, apresenta uma nova forma de reprodução dentro do capitalismo, em que se institui uma nova concepção de mundo, uma “sociedade do consumo”. O fordismo tem como característica uma produção e consumo de massa e grande utilização de matéria prima, que trará uma série de conseqüências para a sociedade, a partir do momento em que começa-se a visualizar os limites desse modelo de desenvolvimento, os limites da sociedade capitalista.

Este modelo de sociedade de consumo, tendo no crescimento econômico a solução para todos os problemas, e na indústria o alicerce para o desenvolvimento econômico, não conseguiu, entretanto, atingir objetivos de diminuir desigualdades sociais. As desigualdades sociais aumentam, e as distancias entre riqueza e pobres aumentam. Criam-se uma sociedade global, em que o “mundo unificado é um mundo dividido”.

Desta forma, Altvater afirma que:

A sociedade capitalista afluenta possui um lado ordeiro ao Norte, e um lado desordeiro ou caótico ao Sul. Não parece ser possível espalhar pelo mundo inteiro um modo de vida e de trabalho, que, em primeiro lugar, se baseia em um elevado consumo energético e material; que, em segundo, precisa dispor de sistemas energéticos e transformação de materiais eficientes e inteligentes; e que, em terceiro, precisa realizar e organizar nesta base uma prática de vida européia-ocidental, com os correspondentes modelos ideológicos e de pensamento e instituições políticas e sociais reguladoras (ALTIVATER (1995:21).

O meio ambiente começa a impor limites ao modelo de reprodução capitalista<sup>4</sup>, e uma série de elementos que anteriormente eram compreendidos enquanto renováveis, já não o são. A água torna-se um claro exemplo da crise ambiental. Outros elementos como os recursos minerais, considerados recursos não renováveis, entram em escassez. “Os recursos naturais uma vez utilizados no processo de desenvolvimento, não estarão disponíveis uma segunda vez para as estratégias de desenvolvimento” (ALTIVATER 1995:27).

Complexificando ainda mais tal crise, o meio ambiente já não comporta os efluentes produzidos pelas atividades produtivas capitalistas. Portanto, o meio ambiente torna-se um limite a este modelo de produção. Neste sentido o autor Altvater, ressalta que :

O sistema, o modo de produzir e de viver, encontrarão inevitavelmente um fim quando o aporte de energia (de fontes fósseis) estiver esgotado ou quando as emissões tóxicas superarem o limite suportável das esferas naturais. A sociedade industrial capitalista de modo algum soçobrará em consequência de crises econômicas (ALTIVATER 1995: 31).

O modelo americano de desenvolvimento que durante décadas foi apresentado ao mundo como modelo de solução para derrotar a miséria e a desigualdade, encontra-se enfraquecida, na medida que vislumbra seus limites.

Contrariamente às teses do Clube de Roma, não se trata sobretudo do esgotamento das ilhas de sintropia. Importância maior tem as radiações térmicas, o aumento do nível tóxico e o desarranjo do processo evolutivo por causa do aumento da entropia (ALTIVATER 1995:55).

Enquanto alternativa a este modelo de produção capitalista, podemos trabalhar por dois viés: visualizarmos uma alternativa por dentro do capitalismo, como ocorrem com os defensores do “desenvolvimento sustentável”, ou pensarmos uma alternativa que nos leve a pensar “para além do capital”.

A idéia de desenvolvimento sustentável, que surge no mundo à partir da década de 70, traz uma série de inconveniências: dentre eles, podemos citar o fato de não ir à raiz do problema, que está no modelo de produção de mercadorias; apresentar uma série de propostas que amenizam os problemas, como o pagamento pelo uso dos recursos naturais; remete para as pessoas a responsabilidade em resolver os problemas, como se todos tivéssemos a mesma parcela de culpa por tal degradação. Portanto, uma resposta aos problemas ambientais que nasce dentro do capitalismo, e que não questiona o modelo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

<sup>4</sup> que apesar de sofrer algumas alterações (flexibilização do modo de produção) como forma de adequar-se aos problemas enfrentados.

Após as abordagens realizadas sobre a globalização e seus efeitos, considera-se que a possibilidade de mudança para uma nova sociedade transpassa as relações de mercado e devem ser clivadas em âmbito social, democrático que valorize os direitos de cidadão reconhecidos não apenas em âmbito político e legislativo, mas principalmente sobre uma escala individual, onde cada pessoa perceba suas possibilidades, direitos e deveres na constituição social.

Conclui-se entanto que, uma integração mundial é possível, ou seja, a globalização pode ser palpável e real em todos os continentes, sem desigualdade e exclusão social, de forma especial; sonhar, acreditar e lutar por estes objetivos não é ser utópico, mas sim crer que os homens podem viver em paz.

Portanto, temos que pensar em uma sociedade para além do capital, em que a resposta deva ser pensada não por dentro da ciência, mas pela sociedade. Pensar uma sociedade de transição, que nos leva a quebrar os pilares que sustentam o sistema do capital.

## **BIBLIOGRAFIA**

ADVFN. **Indicadores**. 2013. Disponível em: <<http://br.advfn.com/indicadores/>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2013

ALTVATER, E. **O Preço da riqueza**. UNESP, 1995.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto II: os domínios do Homem**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987.

MARTINS, J. S. O problema das migrações e da exclusão social no liminar do terceiro milênio. **In: A sociedade vista do abismo**. Rio de Janeiro. Vozes. 2002.

MARTINS, J. S. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. **In: Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis. Vozes. 1986.

MARTINS, J. S. Para compreender e temer a exclusão social. **Revista Vida Pastoral**. Ano XLV. Nº 239. São Paulo. Paulus. 2004.

MCLUHAN, M. Visão, som e fúria. **IN: LIMA, L. C. (Org.). Teoria da Cultura de Massa**. São Paulo, Paz e Terra, 1990.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo. Record. 2000.

OLIVEIRA, M. A. A relação entre globalização e desenvolvimento. **IN: Desenvolvimento econômico**. São Paulo. Pearson Prentice Hall. 2008.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas**. 3ª Ed. São Paulo. Contexto. 1999.

